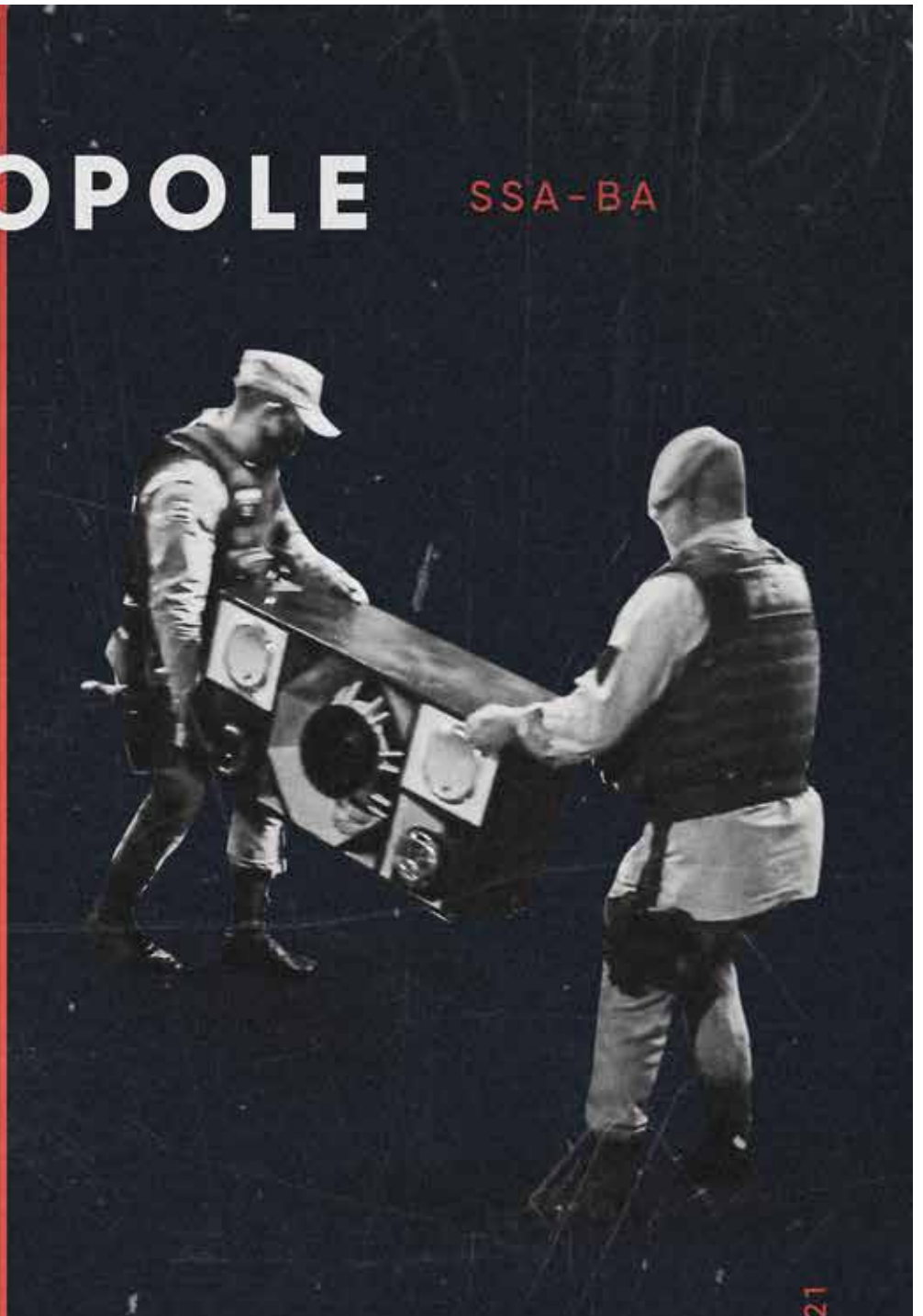
METROPOLE SSA-BA

Entre o decreto

Governador da Bahia proibiu festas paredão em todo estado, salvo com aviso prévio à polícia. Estudiosos divergem sobre tema. ***Págs 4 e 5***



E a prerrogativa

O advogado José Luiz de Britto foi preso em flagrante por matar a namorada, Késia Stefany, de 21 anos. Por ser advogado, está protegido por lei e pode cumprir prisão domiciliar. ***Págs 6 e 7***

WWW>JORNALDAMETROPOLE>COM>BR 21 OUT 2021

Efeito dominó: dos Paredões às máscaras antivirais

James Martins

Depois da chacina que deixou seis mortos e 18 feridos no bairro do Uruguai, em Salvador, o governador Rui Costa determinou a proibição de festas paredão na Bahia. A partir de então, para os eventos acontecerem, fechando ruas e emitindo altíssimos decibéis, as prefeituras precisarão autorizar e comunicar à Polícia Militar previamente. Acredito que esse, inclusive, já era/já é o protocolo para quaisquer realizações similares. Em conversa com o antropólogo Gimerson Roque, na Rádio Metropole, ele assinalou que a ausência contumaz do estado em relação aos bairros periféricos só costuma ser substituída por proibições e operações policiais. O que me fez pensar que, ainda em relação aos paredões, a decisão recente cria um curioso paradoxo: ao mesmo tempo que o proibicionismo sem alternativas não costuma ser eficaz no combate à violência, o governo demorou de proibir (ou coibir) o que já era proibido — ou seja, festas em via pública sem autorização prévia.

Logo após o decreto, 23 paredões foram encerrados pela Polícia Militar na Bahia. Ao mesmo tempo, qual o cidadão que nunca ligou para a Sedur, ou outro órgão similar, para denunciar poluição sonora de procedência diversa e teve que se conformar com a frustração? Quero voltar, por isso, à ausência do Estado. Não é por outra razão, senão a de não termos um estado regularmente funcional, que tantas vezes temos que aceitar improvisos grosseiros em nome de uma urgência qualquer. Nesse caso, a segurança pública. E não será a primeira vez que uma medida armengada não trará solução. Lembro quando o famoso Delegado Magalhães proibiu o uso de capacetes em Itaparica. Parece mentira, mas nem faz tanto tempo assim. Pois veja, um delegado de polícia proíbe o uso de um equipamento obrigatório, rasgando o Código de Trânsito Brasileiro, porque criminosos que ele não consegue prender se beneficiam do mesmo como disfarce.

Pela mesma razão somos todos proibidos de usar celular na área de caixas eletrônicos dos bancos. E o desajuste é tamanho, que o cidadão acaba aceitando qualquer coisa em nome da própria segurança, de uma solução. Que, por sinal, nunca chegam. Diante de tantas patinadas, sinto sempre vontade de gritar, repetindo Goethe: "É urgente ter paciência". Notem que não estou defendendo os paredões, assim como não defenderei nenhum evento que viole os direitos da vizinhança, como o de dormir, por exemplo. A PM-BA afirmou que as festas são promovidas "por grupos criminosos que fomentam a comercialização de drogas". Certamente há. Mas certamente não são todas. Cabe então à própria polícia descobrir quais e dar um fim a esses grupos criminosos. O problema, como sabemos, é que o buraco é mais embaixo.

E enquanto não encaramos a profundeza do abismo com seriedade, nada irá adiantar. Já vejo a hora em que serão proibidas as máscaras antivirais, pois os meliantes as estarão usando para driblar câmeras de segurança. Pouco antes de entregar este artigo, fui alvejado com a notícia de que, sem precisar de paredão, três pessoas foram mortas a tiros na Capelinha de São Caetano. Uma delas jogava dominó na porta de casa. Será que proibindo o dominó resolve?

Publisher **Editora KSZ**
Diretor Executivo **Chico Kertész**
Editor-chefe **André Uzêda**
Projeto Gráfico **Marcelo Kertész & Paulo Braga**
Editor de Arte **Paulo Braga**

Diagramação **Dimitri Argolo Cerqueira**
Redação **Adele Robichez, Alexandre Santos, Gabriel Amorim, Maria Clara Andrade, Rodrigo Meneses e Tailane Muniz**
Revisão **André Uzêda e Redação**

Comercial **(71) 3505-5022**
comercial@jornaldametropole.com.br

Rua Conde Pereira Carneiro, 226Pernambués CEP 41100-010
Salvador, BA tel.: (71) 3505-5000

NOVO NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO AO FEMINICÍDIO

Uma ação da Prefeitura no combate à violência contra a mulher.

Contra todo e qualquer tipo de violência, as mulheres podem contar com o trabalho e o apoio da Prefeitura. Uma prova disso é a criação do Núcleo de Enfrentamento e Prevenção ao Feminicídio. **Mais uma iniciativa para fortalecer as políticas de proteção à mulher.**

CASAS DE ACOLHIMENTO

CAMSID - 24h
Tels.: 71 **98507-5609 / 3611 - 6581**

CRAMLV
Tels.: 71 **3235-4268 / 99701-4675**

CREAM
Tels.: 71 **3611-5305 / 98791-7817**

Secretaria de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude

SALVADOR PREFEITURA
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

No Paredão

Pesquisadores questionam decisão do governador em proibir festas com som automotivo; estado fala em segurança e comunidade reclama da ausência de lazer

Texto **Tailane Muniz**
tailane.muniz@radiometropole.com.br

As manifestações culturais nativas da periferia são costumeiras em Salvador. A capital baiana popularizou as lavagens, as festas de largo, o pagodão nos finais de linha e, nos últimos anos, os paredões automotivos.

O jeito que a comunidade encontra de manifestar sua diversidade cultural desencadeou, na última semana, um profundo debate depois que o governador Rui Costa (PT) decretou justamente o fim dos paredões em todo o estado.

A proibição foi anunciada na manhã seguinte à chacina que deixou seis pessoas mortas e outras 12 feridas, no bairro do Uruguai, no último dia 13, e se articula como uma violência à liberdade da juventude negra, pontua o vice-diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (Ihac) da Universidade Federal da Bahia (Ufba), o antropólogo Milton Júlio de Carvalho. Na contramão, o governador argumenta que a "festa clandestina intimida a população". Enquanto o secretário da Segurança Pública, Ricardo Mandarino, atribui o caso à "facilitação do acesso às armas", promovida pelo governo federal.

Pesquisador de temas como juventude e violências, Milton Júlio explica ao Jornal da Metropole que a medida escancara um preconceito histórico direcionado à cultura periférica. "É uma violência extrema. Uma decisão sem que tenham se esgotado estratégias de diálogo com quem vive ali", diz, ao referenciar o Carnaval como um provedor de ocorrências violentas. "Produz inclusive mortes, mas o Estado não vai para o mesmo caminho, porque há ali o interesse econômico que não existe nos festejos da periferia, feitos por uma maioria negra e pobre".

O racismo é o que norteia a distinção, diz Júlio, que chama a atenção também para a generalização do que vem a ser, de fato, uma festa do tipo paredão. "É um perigo tratarmos a cultura do outro da forma que bem entendermos. Pior que associam ao tráfico de drogas, o que é uma lástima. O paredão é assim intitulado porque, originalmente, reúne grupos de pessoas em volta de um 'paredão' de som automotivo, mas tudo agora é paredão", critica o pesquisador.

Os primos Caio e Vinícius Barbosa, estudantes de 23 e 25 anos, são figurinhas carimbadas nas festas em Águas Claras e Boca da Mata, respectivamente. O primeiro diz que um paredão raiz tem que ter pelo menos quatro metros de altura e tocar muito pagode. Do outro lado, Vinícius afirma que a música pode variar, desde que seja tocada em no mí-

divulgação/ssp

divulgação/ssp

nimo 90 decibéis, o que já ultrapassa em 15 níveis o recomendado pelo Ministério da Saúde e em 20 o permitido, em Salvador, pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur).

No bairro do Arenoso, os paredões acontecem de sexta a domingo, em horários variados. O padrão é sempre o mesmo: muita gente, bebida, e carros com som na máxima potência, conta a trancista Thâmara Oliveira, 21 anos. Ela diz que "o governo que proíbe a diversão", é também o que age "forma negligente" quando a polícia entra nas comunidades.

"Respeito a quarentena, mas o pobre é forçado a desrespeitar [o distanciamento] desde o início, porque nunca pôde trabalhar de casa", comenta ela, ao lembrar de um paredão que reuniu 3 mil pessoas. "Assim como qualquer evento grande do alto escalão. Às vezes é só pelo alívio, pela diversão, para aproveitar o que o bairro tem para oferecer", reflete.

A percepção da jovem remete à analogia do antropólogo Milton Júlio: "O que o Estado oferece ao jovem negro em troca da proibição do paredão? Vão investir em arte e cultura? Enquanto para as classes médias, as proibições acontecem mediante trocas, este tipo de proibição não oferece nenhuma outra alternativa". Júlio diz que a "proibição produz mercados", pois, explica ele, quando há a proibição de movimentos espontâneos, há também a promoção de paredões seletivos - o que, pontua ele, segrega.

Por esta razão, não há como discutir qualquer realização da periferia sem tocar na questão racial, reforça o professor. "O Estado estabelece o nós e o eles. 'Eles, os periféricos, são os poluidores', onde quer que estejam. E se é visto como poluidor, é visto como supérfluo. E se é visto como supérfluo, é visto como exterminável. É assim que o Estado olha para a periferia".

Professor do Insper e da Escola de Administração da Ufba, Sandro Cabral considera, por sua vez, que os paredões devem ser "ordenados", justamente como determina Rui Costa.

"Precisamos ser racionais neste momento. Existe a variável da pandemia, que requer protocolos sanitários. Uma festa com a estrutura de saúde, segurança e transporte, funciona melhor para todos", diz ele, ao comentar que há, no entanto, outro ponto na discussão: a visão moralista sobre os eventos periféricos.

"As manifestações que inclinam para o popular têm um olhar por parte da elite. Não adianta achar absurdo que as pessoas aglomeram em Paripe, e ignorar quando outras se aglomeram em suas varandas no Horto Florestal". Especialista em segurança pública, Sandro considera que eventuais episódios de violência tendem a ocorrer em lugares onde há a organização do crime, mas que isso não se revolve com o fim dos paredões. "Pode acontecer, afinal, essas pessoas também são parte da comunidade".

NOVAS FORMAS

O motorista Ícaro Soares, 24 anos, é dono de um som automotivo e integra um grupo de 40 pessoas que costumam colar nos paredões. Ele diz à reportagem que não concorda com as aglomerações, mas vê preconceito na decisão do governador. "É uma festa da comunidade, mas não por isso que está relacionada ao tráfico".

A Polícia Militar, que já atua para cumprir as ordens do governador, encerrou 23 festas do tipo em todo o estado, no último fim de semana. Cinco pessoas foram presas em flagrante e outras cinco foram conduzidas por desobedecer a tropa. A corporação informou a apreensão de 21 veículos, 40 equipamentos de som, além de drogas e uma arma de fogo.

É um equívoco pensar que uma questão de segurança pública pode ser resolvida com determinações punitivas, ao olhar do historiador Henrique Oliveira, pesquisador da suspeição criminal. "Proibir os paredões é oferecer uma resposta rápida para atender ao clamor social após eventos violentos". Henrique comenta ainda que há neste cenário um dano à liberdade de expressão, mas considera a violência.

"São eventos que têm uma representação insignificante nos casos de homicídios na Bahia. A violência nesses espaços é motivada por fatores que vão do excesso de bebida alcoólica, à masculinidade, e o acesso à arma de fogo".

A tendência agora é de que a juventude negra, socialmente imprensada pelo Estado, pontua o antropólogo Milton Júlio, invente mais uma saída para que os seus corpos sejam, para além de suspeitos, livres para movimentar-se onde e como queiram.

Matou e até pode ir para casa

Crime de feminicídio cometido pelo advogado José Luiz de Britto joga luz à prerrogativa do advogado não ser levado à cela comum mesmo em caso de prisão em flagrante

Texto **Adele Robichez**
adele.robichez@radiometropole.com.br

Os desdobramentos de um crime que prendeu a atenção nos últimos dias têm gerado, além de revolta, questionamentos acerca de uma lei de proteção à membros do judicário.

No último domingo, o advogado criminalista José Luiz de Britto Meira Júnior se tornou o principal suspeito pela morte da sua namorada, Kesia Stefany da Silva Ribeiro, de 21 anos. O crime aconteceu na madrugada, em um prédio de luxo no bairro do Rio Vermelho.

Após deixar a vítima no hospital e fugir, o advogado foi preso pela Polícia Militar na casa de familiares e autuado em flagrante por feminicídio. No dia seguinte, teve a prisão em flagrante convertida em preventiva e, por uma falha estrutural, em domiciliar. Na última quarta, a Justiça acatou que Britto fique detido no Batalhão de Choque da PM.

Na condição de advogado, Luiz de Britto foi amparado Lei nº 8.906, de 1994, que determina que advogados não sejam levados para presídios comuns em caso de prisões cautelares.

Profissionais do Direito (incluem juízes, defensores e promotores públicos) devem ser conduzidos para uma sala de Estado-Maior — um local sem celas e que fique nas dependências de Comando das Forças Armadas (Exército, Marinha ou Aeronáutica) ou Auxiliares (Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros).

No caso de execução provisória da pena, após a condenação em segundo grau, o profissional perde essa prerrogativa. Como a Bahia não tem uma sala de Estado-Maior, conforme reconheceu o próprio governo do Estado, o juiz da Vara de Audiência de Custódia de Salvador, Horácio Moraes Pinheiro, autorizou que ele pudesse retornar para casa.

"É um risco para um advogado criminalista ficar em uma cela comum, inclusive no mesmo lugar de uma facção rival para a qual ele já advogou, por exemplo", explica o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB Bahia, Adriano Batista. José Luiz de Britto, suspeito do crime, fazia parte, inclusive, desta comissão.

O advogado criminalista e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), Antônio Rodrigo Machado, atribuiu ao estado o erro na condução deste caso.

"É uma mensagem negativa porque aquilo que está na lei como prerrogativa passa a servir como instrumento de leniência em relação a um crime grave. Institucionalmente, esse não era o objetivo — do advogado cumprir a função em um patamar diferente dos demais cidadãos — mas acaba causando essa sensação por conta de um erro do estado. É obrigação dele, não apenas a de montar a sala, mas de garantir meios para cumprir a decisão judicial", diz.

A advogada criminalista e professora da Ufba, Daniela Portugal, apesar de entender a lei como justa, acredita que a aplicação dela deveria ser estendida a toda a população. "Todas as pessoas processadas por crimes, antes da condenação, caso haja a necessidade de restringir liberdades, devem ser presas com toda a segurança possível. Esse é um direito não apenas de advogados, mas de qualquer cidadão", afirma.

reprodução/instagram

divulgação/ssp

Foto 1: Luiz de Britto é suspeito de matar a namorada no Rio Vermelho
Foto 2: Por proteção da prerrogativa, advogado ficou detido na Polinter
Foto 3: Delegados concederam coletiva sobre o caso
Foto 4: Kesia morreu com um tiro na cabeça

reprodução/instagram

"Nesse caso, a ênfase não deve ser na forma da prisão e, sim, nas consequências que ele pode sofrer sendo condenado. Já foi aberto um processo disciplinar e o fato está sendo apurado internamente na OAB. Se provado o crime, haverá a exclusão dele dos quadros da ordem", completa.

Já a Comissão dos Direitos Humanos do Instituto dos Advogados da Bahia (CDH-IAB) indica que o cumprimento da lei causa um sentimento de "impunidade" na população leiga, mas que isso se dá por causa da lentidão do sistema judiciário brasileiro.

"Há uma previsão legal e ela estabelece que o advogado tenha essas condições. O problema é que o processo penal é tão lento que dá sensação de impunidade. Aí querem que a pessoa seja encarcerada de qualquer maneira. Mas, em um estado democrático de direito, a prisão é a última fase. O devido processo legal é necessário, assim como a condenação posterior, para que possamos ter sensação de que houve justiça e não justiçamento", indica Edson Saldanha, membro da CDH-IAB, advogado criminalista e professor da Faculdade 2 de Julho.

IMPUNIDADE

Embora a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP) tenha reconhecido a falta de estrutura na Bahia de uma sala de Estado-Maior, garante que "tem recepcionado em custódia membros da OAB no Centro de Observação Penal (COP), em cumprimento de decisão judicial".

Como alternativa, a Polícia Militar ofereceu o Batalhão de Choque para servir de sala de Estado-Maior e manter Britto detido. Em novo despacho, assinado pelo magistrado Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira, a Justiça acatou a alternativa.

A OAB, no entanto, diz ser ilegítima a ação. "É um descumprimento da lei. A determinação federal é bem clara: uma sala de Estado-Maior. Qualquer coisa fora disso age descumprindo a prerrogativa do advogado", pontua Batista.

Machado vê a ação como uma alternativa justa para resolver o impasse. "A Polícia Civil é órgão do estado, ela tem que cuidar disso. Se preventivamente, o estado vai criar uma alternativa, isso é válido", opina.

Por outro lado, Daniela Portugal acrescenta que é preciso haver uma avaliação cautelosa do local, como ele não foi inicialmente projetado para ser uma sala de Estado-Maior. "O que o estatuto prevê é uma sala com instalações devidamente destinadas para este fim. Sem vistoria prévia da OAB, pode ser arriscado, porque pode ser uma tentativa de subverter o texto legal, que garante a dignidade da pessoa processada. Mas, se houver a segurança garantida pela OAB, pode ser uma alternativa".

Saldanha, da CDH-IAB, questiona a fragilidade da iniciativa. "Se na Bahia não existe, cabe ao estado resolver esse problema, e não somente quando acontece um fato, que traz à luz uma discussão complexa como essa. Se amanhã tiver outro caso como esse, faz o que? Está na hora do estado olhar para as políticas públicas com um olhar diferenciado, para toda a sociedade. Quando a gente começa a correr à margem da Constituição, ela é descredibilizada", conclui.

Um advogado, um feminicídio, as eleições da OAB e o porteiro

Malu Fontes

Jornalista, doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, professora da Facom/UFBA e colaboradora da Rádio Metropole

A prisão, em flagrante, do advogado José Luiz de Britto Meira Júnior, 50 anos, acusado de matar a namorada, Késia Stefany da Silva Ribeiro, 21 anos, com um tiro na boca, ilustra não só mais um caso bárbaro de feminicídio em Salvador. O caso acabou respingando na Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, Seção Bahia, tragando a instituição para um redemoinho de críticas, questionamentos, polêmicas e, embora até aqui o assunto circule apenas em conversas de bastidores, já atingiu a campanha eleitoral para a sucessão da atual diretoria da instituição. Com a ajuda de quem tem protagonismo na campanha, claro.

Pela primeira vez na história, as duas chapas concorrentes são encabeçadas por mulheres e trazem como pauta o empoderamento feminino, e não só como retórica de campanha. A campanha para as eleições da diretoria da OAB, para o triênio 2021-2023, está polarizada entre duas mulheres: De um lado, a chapa Movimento União pela Advocacia, tendo como candidatas Daniela Borges, candidata a presidente, e Christianne Gurgel, a vice. Do outro, Por Amor à Democracia, com Ana Patrícia Leão e Carlos Tourinho, candidatos à presidência e à vice, respectivamente.

A votação se dará no dia 22 de novembro, e basta acompanhar os perfis das duas candidatas concorrentes e os da maioria dos profissionais do direito na Bahia para se ter uma ideia do acirramento do embate. Nesse contexto, eis que, como nos melhores livros de ficção policial, surge um cadáver, um homicídio no meio da campanha. Um crime mais explosivo ainda, para a Ordem, por dois aspectos: trata-se de um feminicídio, e o acusado não é somente advogado. Luiz Meira era, até ser preso, membro da Comissão de Prerrogativas da OAB.

Desde que a notícia dando conta do assassinato de Késia e da consequente prisão de Meira se espalharam, a repercussão ultrapassou os muros da indignação por um caso que se soma à série de feminicídios e respingou sobre a OAB. Há uma legislação nacional em vigor, desde 1994, garantindo a todo e qualquer advogado o direito de, em caso de prisão, ter a prerrogativa de, antes de processo transitado em julgado e antes de condenação, não ir para e prisão e para celas comuns. Só pode ser detido "em Sala de Estado Maior". Como em Salvador – e até que se prove o contrário, em nenhuma cidade brasileira – não há essa Sala de Estado Maior, sem grades, situada em lugar físico contíguo a uma sede de uma das Forças Amadas e longe de outros custodiados, o juiz Horácio Moraes Pinheiro decretou que Luiz Meira deve ficar em prisão preventiva domiciliar.

Como uma coisa é a lei, seu cumprimento, a decisão de juízes e, outra, bem diferente, é a comoção da opinião publica diante de crimes bárbaros de ampla repercussão e a tolerância do senso comum para entender porque códigos de leis são assim para uns e assado para outros, um chão de polêmicas se abriu, tragando a OAB. No tribunal do cancelamento das redes, os críticos acusam a Ordem de corporativismo, de machismo, de proteger homem, rico, criminoso, advogado. A razão deve-se ao fato de a OAB defender o direito, assegurado em lei e em obediência à decisão de um juiz, de Meira cumprir prisão domiciliar até julgamento e condenação. Em nota divulgada no final da tarde da quarta-feira, a Ordem reitera que, nos últimos três anos, 16 advogados na Bahia tiveram suas prisões preventivas transformadas em domiciliares e que a entidade não defende acusados dos crimes cometidos por eles: apenas defende prerrogativas legais de garantir o que está na legislação quanto à forma de punição.

O PORTEIRO

Mas não só por isso a OAB vem sendo atacada. Na quarta-feira, a entidade foi criticada na imprensa por ter acionado a justiça para pedir sigilo do processo penal contra Luiz Meira, o que caracterizaria proteção e parcialidade da Ordem em benefício explicito a um dos seus integrantes. Na mesma nota que reitera não defender o crime, mas o cumprimento da lei, o presidente da OAB, Fabrício Castro, anuncia a demissão de uma advogada do cargo de procuradora da Ordem, sem citar nomes, pelo fato de esta, segundo a nota, ter tomado a iniciativa de fazer a solicitação de sigilo ao poder judiciário sem consultar seus superiores. As duas candidatas à presidência da entidade se manifestaram em suas redes, com textos protocolares. O episódio, as criticas à OAB e o tipo de crime cometido são, agora, uma manada de elefantes numa loja de cristais, para as duas candidatas, cujo discurso é ancorado no protagonismo feminino.

Uma coisa parece certa: dificilmente Meira irá para a cadeia antes de julgamento. Deve prorrogar até onde puder a prisão domiciliar. De acusado de matar na namorada com um tiro na boca (coisa que o tal pedido de sigilo tentou esconder, além da idade do moço, sabe-se lá porque), Luiz Meira tem investido na estratégia de se passar por vítima involuntária de uma tragedia passional. Tem abraçado com força as mais torpes e clássicas das teses adotadas por acusados de feminicídio: arrola tudo de mais desqualificador para desmoralizar Késia: imoralidade, vulgaridade, vício em drogas, violência (da parte dela) e tudo o que podem os canalhas quando confrontados com suas fraquezas e covardias. O tiro na boca? Foi um incidente, claro. Segundo ele, era ela quem estava com a arma. Ah, e não estranhem se o porteiro for acusado de omissão. Sim, há quem diga que Késia morreu porque o porteiro não cumpriu seu papel: chamar a polícia. E quando os porteiros são acusados, não há OAB, prisão domiciliar, nem pedido de segredo de justiça para processo. A lei é isso mesmo. Funciona assim para uns, assada para outros. E são os códigos, claro.

Cidade retira proteção

reprodução

1

Terça-feira • 19 de Outubro de 2021 • Ano IX • Nº 5863

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Prefeitura Municipal de Brumado publica:

- **Decreto Nº 5.584 de 18 de outubro de 2021** - Desobriga o uso de máscara facial no território do Município de Brumado, e dá outras providências.

A prefeitura de Brumado, no sudoeste baiano, pôs fim à obrigatoriedade do uso de máscaras na maioria dos ambientes fechados do município. A proteção continuará obrigatória apenas nas escolas, para pessoas com sintomas gripais ou infectadas com o coronavírus. A medida leva em conta o avanço da vacinação e a diminuição do número de casos de Covid. Mesmo com os indicadores em queda, autoridades sanitárias ainda não recomendam tais flexibilizações. A explicação é simples: países que abandonaram o uso de máscaras mundo afora voltaram a registrar alta de infecções e hospitalizações. Em terras brumadenses, o decreto anti-máscara é assinado pelo prefeito Eduardo Lima Vasconcelos, que pediu desfiliação do PSB após declarar apoio a... Jair Bolsonaro.

Interino com os pés no chão

divulgação

Governador em exercício enquanto Rui Costa (PT) e João Leão (PP) cumprem agenda internacional, Adolfo Menezes (PSD) não esconde a satisfação de comandar a Bahia ainda que por pouco tempo. "É uma emoção chegar a esse cargo, mesmo de forma interina. Mas combinamos toda uma agenda com o governador, e vou cumprir tudo que está determinado", disse ele, em entrevista a Mário Kertész, na Radio Metropole. Terceiro na linha sucessória para substituir o chefe do Executivo, Menezes tem entre os principais compromissos visitas ao interior do estado. E, apesar da série de regalias à sua disposição, o presidente da Alba assegura que será modesto ."Nem andar no carro do governador eu quero. Tô usando a estrutura da Assembleia mesmo", contou, aos risos. O estilo discreto contrasta com o perfil de outro político. Marcelo Nilo, na ausência de Jaques Wagner, não perdia a oportunidade de usar o helicóptero do chefe do Executivo.

Críticas à campanha

Sob o mote "Mais família, menos drogas", uma campanha recém-lançada pelo governo Rui Costa (PT) vem sendo duramente criticada por especialistas da área de saúde mental. Em entrevista à Rádio Metropole, psiquiatra e psicanalista Antônio Nery Filho disse que a mensagem é um desserviço. "Eu nunca esperava ver de novo pela Bahia, por Salvador, outdoors absolutamente anacrônicos, fora de tempo, que culpabilizam a família. Que coloca 'Mais família', 'menos drogas', quando nós sabemos que o consumo de drogas começa na família. A família é uma fonte de problemas, de sofrimentos, de dores e de uso de drogas. Essa história de dizer 'menos crime', 'mais família', 'menos droga' é uma equação que já tem mais de 50 anos. É o que nós chamávamos de pedagogia do horror e que não corresponde, de modo algum, ao que nós pensamos hoje", criticou o renomado médico, também fundador do Centro de Estudos e Terapias do Abuso de Drogas (Cetad). Mário Kertész disse que tentou marcar uma conversa entre Rui e Wagner com Antônio Nery, mas o encontro nunca foi para frente.

reprodução

Segurança pautará debate

Potencial adversário de Jaques Wagner (PT) em 2022, ACM Neto (DEM) vem capitalizando com os episódios de violência na capital para atacar a gestão da segurança pública sob administração de governos petistas. A lista inclui assassinatos à luz do dia na Barra, mortes de jovens em paredões de som e ataques a agências bancárias. Ao explorar o tema, o ex-prefeito faz uma prévia do que será 'vidraça' em sua futura campanha eleitoral. A tropa de choque de Rui Costa está respondendo à altura. "Crime maior foi o apoio que ele [ACM Neto] deu ao presidente Bolsonaro, um defensor de armas. É um bolsonarista autêntico que usa fake news para se promover. Não sei se terá coragem de enfrentar Jaques Wagner nas urnas", respondeu recentemente o deputado estadual Osni Cardoso, líder do PT na Assembleia Legislativa.

tacio moreira/metropress

tacio moreira/metropress

Todo mundo quer o MDB

Em meio a rumores de que o MDB poderá novamente se unir com o PT na Bahia, o prefeito Bruno Reis (DEM) prometeu lutar para manter aliados do antigo partido gravitando em torno da esfera municipal. Uma eventual reaproximação entre a sigla emedebista e a base do governo Rui Costa se daria num cenário em que o presidente Jair Bolsonaro selasse sua filiação ao PP para disputar a reeleição. Recentemente, Rui Costa deixou claro que, se isso acontecer, a aliança com os progressistas no plano estadual será abalada. Pré-candidato petista, o senador Jaques Wagner tem atuado nos bastidores para convencer caciques do MDB no estado de a sigla hoje está insatisfeita em fazer parte do grupo liderado por ACM Neto, seu principal adversário na corrida ao Palácio de Ondina.

Corridas canceladas

Na Bahia, mais de 7.500 motoristas por aplicativo devolveram carros em locadoras por não conseguir manter os custos rodando com passageiros

Texto **Maria Clara Andrade**
maria.andrade@radiometropole.com.br

Motoristas por aplicativo de Salvador se veem entre o desemprego e o baixo retorno pelas corridas. O valor do combustível e as taxas cobradas pelos aplicativos lideram as insatisfações.

Há sete anos, o Brasil vivia um momento de incerteza. Com a eleição presidencial de 2014, iniciava-se um período político turbulento, que viria a culminar no impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Nesse mesmo ano, chegava ao país a Uber — aplicativo de transporte privado que se tornaria uma das principais alternativas ao crescente número de desempregados no país.

Agora, em 2021, o que seria uma alternativa para quem está fora do mercado de trabalho se tornou uma desilusão. Só na Bahia, 25% dos motoristas devolveram carros alugados por não conseguirem mais lucrar com as corridas. A estimativa é do Sindicato de Motoristas por Aplicativo e Condutores por Cooperativa do Estado da Bahia

(Simactter-Ba) e corresponde, em números absolutos, a aproximadamente 7.500 profissionais, considerando que são hoje mais de 30 mil com cadastros ativos nas plataformas.

No Brasil, de acordo com a Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla), 30 mil veículos foram devolvidos de junho até agora.

Lucas Silva tem 31 anos e começou a trabalhar na área em 2017, um mês após ficar desempregado. Rodava tanto pelo Uber, quanto pelo 99. Mas há 15 dias resolveu parar. Com a gasolina batendo mais de R$6,00 nos postos de Salvador, o aluguel do carro e a porcentagem que os aplicativos retinham, simplesmente a conta não fechava. "Numa viagem de 10km só ganho R$3,00", se queixa.

Lá em 2017, quando decidiu trabalhar conduzindo passageiros, Lucas vinha de um mês sem emprego como operador de som. Formado em designer, ele continua desempregado. Preferiu agora sobreviver de 'bicos' esporádicos como motorista do que sair todos os dias sem retorno financeiro certo. Lucas vive com a esposa que, felizmente, está empregada. Mas para resumir a situação dos dois, o designer só precisou de duas palavras: "Tá puxado!"

O PROBLEMA NAS TAXAS

Logo quando começou a operar no Brasil, a Uber ficava com 25% do valor das corridas. O restante era do motorista e, desse valor, ele retirava seus custos. Desde 2018, esse repasse tornou-se variável. O diretor do Simactter-Ba, Luís Jean, se queixa que há casos em que a plataforma fica até com 50% do valor da corrida, dependendo da viagem, da localidade e ou da distância.

Esse motivo é o que justifica os altos números de cancelamentos de corrida apontados por usuários. Por vezes, o motorista percebe que não vale a pena o deslocamento até o local de retirada do passageiro e acaba escolhendo outros destinos. Cláudio Sena é um desses que só buscam o passageiro se a corrida valer a pena.

Cláudio roda Uber desde que o aplicativo chegou à Bahia. Ficou conhecido por manter um canal no Youtube sobre a sua rotina como motorista por aplicativo. Com 43,3 mil inscritos, o canal "UBER do Cláudio Sena" possui postagens quase que diárias, que mesclam dicas sobre a profissão e denúncias contra posicionamentos da empresa Uber.

O motorista não esconde sua insatisfação com a plataforma. Ele viveu os momentos áureos do Uber na Bahia, em que chegava a levar para casa cerca de R$350 por dia, trabalhando por sete horas. Mas, desde 2019, o aplicativo se tornou apenas uma fonte de renda complementar. O motorista denuncia que o reajuste feito neste ano, na prática, foi de nove centavos, sobre uma tarifa defasada já há meia década.

"Eu parei de me dedicar com exclusividade à Uber depois que constatei que como motorista na plataforma eu não tinha futuro, eu estava trabalhando cada vez mais para tentar manter o que eu já ganhei no passado. Os custos só aumentando e a tarifa sendo reduzida ou congelada", se queixa Cláudio, que acusa ainda a plataforma de realizar manobras contratuais para extrair o máximo percentual dos valores.

tacio moreira/metropress

Apps negam política injusta de repasse

A Uber nega reter até 50% dos valores de cada viagem e afirma que o motorista sempre fica com a maior parte do valor pago pelo usuário.

"Ela [a taxa] se tornou variável para que a Uber tivesse maior flexibilidade para usar esse valor em descontos aos usuários e promoções aos parceiros", diz trecho da nota, enviada ao Jornal da Metropole.

A plataforma confirma ainda que em algumas viagens a taxa pode aumentar e, em outras, diminuir. Segundo a Uber, os motoristas parceiros ativos recebem semanalmente, por e-mail, um compilado sobre os ganhos que mostra quanto ele pagou da taxa Uber naquela semana.

Já a 99 afirmou que realizou um reajuste que varia de 10% a 25% no repasse ao motorista a depender da localização, distância e categoria da corrida. "Para compensar parte desse aumento, corridas curtas poderão ser reajustadas minimamente nos próximos meses, enquanto as mais longas permanecem as mesmas para garantir acesso e comodidade", diz trecho da nota. A plataforma ainda sinaliza ter lançado o programa "Mais Ganhos 99", em agosto deste ano, com ações de incentivos financeiros para os motoristas parceiros.

30
mil motoristas por aplicativo devolveram carros no Brasil

"Eu v

A chef de cozinha Karyne Brandão, 28 anos, contou a emoção de voltar ao estádio depois da pandemia no jogo Bahia x Palmeiras

O que eu sinto é amor. Minha relação com o Bahia começou com meu pai. Ele me levou ao estádio pela primeira vez, quando eu tinha 10 anos. Depois comecei a ir com um namorado e hoje em dia só as mulheres da família é que vão aos jogos.

Meu pai não quer mais, mas eu faço questão de me fazer presente. Me tornei sócia do clube quando o Bahia ainda estava na série B, em 2015. Fui para todos os jogos na Fonte Nova naqueles anos. Acompanhei de perto o Bahia subir. Era tão presente que cheguei a ir acompanhar os treinos e até nas redes sociais do clube eu apareci. Por isso, em um momento tão difícil quanto foi a pandemia, não poderia deixar minha paixão de lado.

Mesmo assim, no início, quando disseram que estava perto de voltar os jogos presenciais, eu pensei que não iria para o jogo. Tive receio da aglomeração, não sabíamos como seria em relação à vacina. O dia da liberação foi se aproximando, comecei a pensar em ir, mas o Bahia não ajudava. Estava muito mal no campeonato, perdendo muito, empatando. Acabei também largando um pouco de mão e nem liberei meu acesso ao registro de vacina, que era necessário para adquirir o ingresso.

No jogo anterior, o Bahia ganhou do Athletico-PR e eu recebi uma mensagem do clube dizendo para a gente autorizar esse acesso, convidando para estarmos na Fonte Nova. Aí fiquei doida! O Bahia dá um pouquinho de esperança, a gente se joga.

Fui lá e autorizei meu cadastro, mesmo sem saber se poderia ir. Ficou certo que, se meus horários de trabalho permitissem, eu estaria lá. O jogo foi às 21h30 e eu saí correndo do trabalho às 21h, direto para o estádio. Nesse período de isolamento foi muito triste não ter os jogos. Para mim, o Bahia sempre foi uma válvula de escape. O jogo sempre foi o meu lazer. Eu podia fazer o que fosse, ter o compromisso que fosse, mas toda minha programação girava em torno dos jogos do Bahia. O jogo era sempre certo. E de repente, a gente ficou preso em casa, sem nenhum lazer, sem o jogo nem para assistir. Foi triste, foi desesperador, senti muita falta.

Por isso, voltar foi tão emocionante. Emocionante e completamente diferente. Não tinha toda aquela mística de chegar e encontrar logo todo mundo. Não tinha vendedor ambulante, não tinha aquela multidão da torcida do lado de fora.. Quando eu entrei, foi um sentimento estranho. Uma saudade louca, uma mistura de felicidade de ter voltado com alguma preocupação por todos os protocolos.

Foi diferente, todo mundo com máscara, ainda não tinha bateria tocando na arquibancada. No final, acho que o que ficou foi uma sensação gratificante, de estar voltando, depois de tanto tempo para algo que eu tanto amo.

foto do leitor/divulgação

oltei"

O advogado Diego de Assis, 29 anos, reencontrou o Vitória no Barradão na goleada por 3 a 0 contra o Itabaiana

foto do leitor/divulgação

Eu nasci e fui criado como torcedor do Vitória. Meu pai sempre foi Vitória, primos, tios, quase toda minha família é rubro-negra e passaram essa paixão como herança.

Sou o torcedor de ir ao estádio sempre. De comprar material oficial, de ser sócio. Tinha ficado muito triste porque faltei ao último jogo antes do início da pandemia, justamente por achar que teria outro, e não teve. Então, para mim, voltar foi muito importante. Me reaproximar de algo que sempre esteve muito presente na minha vida: o Vitória.

Mesmo assim, tive dúvida se iria mesmo para esse primeiro jogo. Apesar de estar me sentindo um pouco mais seguro com relação à Covid, porque as pessoas com quem eu mais convivo já tomaram duas doses da vacina, não tinha tanto interesse no jogo, pelo dia da semana, o horário, a própria competição e o adversário. Então, eu deixei para resolver ir na última hora.

Como sócio, quando tentei pedir o ingresso pelo site, tinha passado cinco minutos do fim do prazo. Cheguei a desistir. Acabei indo quando uma amiga me ofereceu um ingresso que ela tinha direito, por ser funcionária do Barradão. Ela me avisou menos de uma hora antes do jogo.

E, de repente, me deu aquela vontade de estar lá. Eu pensei nesse um ano e sete meses sem pisar no Barradão. Me arrumei correndo e fui. Foi sensacional, foi incrível encontrar todo mundo de novo.

Um reencontro muito diferente de tudo que a gente está acostumado. Muitas coisas desse período de pandemia foram inéditas, que a gente aprendeu a fazer pela primeira vez. A experiência com o futebol, com o estádio, que é algo que eu sou absolutamente familiarizado desde criança, também foi uma novidade.

Esse reencontro foi emocionante, foi de uma alegria, mas também com a mistura da preocupação de seguir os protocolos. Lá dentro me senti vivendo de novo a mesma coisa que a gente vive há anos. A gente mesmo de longe brincando, comentando, vendo o time bem. Foram 90 minutos assim. Na hora dos gols veio outra diferença. Não abracei ninguém. Foi uma comemoração solitária. Quando veio o primeiro gol eu me arrepiei, me emocionei muito. Até porque o Vitória vem numa fase ruim, onde não tem sido comum a gente comemorar gol.

Comemorar gol tem sido algo raro pra gente. E aí a gente volta ao estádio depois de um ano e sete meses, e depois de todo esse tempo o Vitória venceu por três gols de diferença e a gente tá lá dentro para ver tudo isso. Foi uma comemoração sem abraços, sem compartilhar com alguém. Foi comigo, batendo no peito. Uma comemoração incomum, mas emocionante.

* Depoimentos dados ao repórter Gabriel Amorim

ENTREVISTA

Paulo Ormindo

ARQUITETO E PROFESSOR DA UFBA

reprudução/youtube

"A Luz no Fim do Túnel do Centro Antigo", é o título do polêmico artigo do arquiteto Paulo Ormindo que defende a criação de um túnel de ligação ao centro histórico de Salvador, como projeto para criar acessibilidade e movimentar a região, que anda decadente. "Seria um tunel de 280 metros, escavado na rocha (mais simples e mais barato do que se fosse em terra) obra relativamente simples", contou Paulo em entrevista a Mário Kertész na Rádio Metropole. O também urbanista e professor titular aposentado da Universidade Federal da Bahia, conta que a ideia surgiu após ser contratado pela prefeitura para criar projetos de restauração do centro antigo.

"Em 2019 a fundação Mário Leal Ferreira e me convidou para fazer três relatórios, em convênio da Unesco com a prefeitura, referente a questão habitacional no centro histórico, outros sobre a questão de acessibilidade e mobilidade e uma terceira sobre a questão turística no centro da cidade. Dessas propostas que eu fiz acho que é mais importante ou, pelo menos a mais corajosa, foi a criação desses túneis. Isso porque temos uma grande dificuldade de acessibilidade ao centro histórico, primeiro pela topografia e depois pelo que os meios de transporte não chegam lá. A Fundação até tinha contratado uma empresa de São Paulo para discutir essa questão, a proposta deles é o alargamento da baixa dos sapateiros e da avenida sete, não dá, não vigorou", explicou o arquiteto.

VEÍCULOS INDIVIDUAIS

Para Ormindo a grande novidade da mobilidade hoje no mundo é o sistema de veículos individuais, e pra isso o túnel seria adequado. "Patinete elétrica, bicicleta compartilhada, essa que a grande novidade, e em Salvador, pela sua topografia isso ainda é pouco desenvolvido. Mas no mundo inteiro é uma quantidade enorme. Uma população cada vez maior que se desloca com skate e uma série de coisas desse tipo. Então eu não estava mirando nada desses grandes sistemas antigos e tradicionais até porque acredito que não tem futuro, principalmente o automóvel que está condenado praticamente. Hoje na China já se tem táxi compartilhado, e essa coisa toda é uma evolução muito maior porque você não tem aquela quantidade enorme de veículos ociosos estacionados ou congestionando", defende Paulo.

A primeira etapa do projeto seria um túnel de subida para baixa de sapateiros, passando 18m abaixo da terra e no seu ponto final o plano é ter um elevador. "Ora, todo o sistema de ônibus da cidade que vem da Heitor Dias já teria acesso para o metro nesse ponto. A outra etapa seria com desnível de 45m, saindo em uma casa, no terreiro de jesus, em frente ao convento da Igreja de São Francisco", disse.

Ormindo acredita que o túnel é uma ação rápida e resolve de modo urgente a criação de viabilidade de atingir o centro histórico com movimento, "afinal, o pelourinho hoje é uma cidade fantasma, um cenário".

Sombra na foto

Fotografia no site oficial da própria construtora Moura Dubeux mostra sombreamento na praia de Ondina, após enormes espigões erguidos na orla

reproducao/site moura dubeux

Texto **Rodrigo Meneses**
rodrigo.meneses@metro1.com.br

O Jornal da Metropole da última semana trouxe uma reportagem sobre a construção de três edifícios de luxo na Avenida Oceânica, em Ondina. O imponente projeto, da construtora pernambucana Moura Dubeux, destoa completamente dos demais prédios da região. Os novos empreendimentos possuem 17 e 21 andares, quando o máximo permitido na área são edificações de 36 metros, algo entre 11 e 12 andares.

Mas, devido às brechas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e na nova Lei de Ordenamento e Uso do Solo de Salvador (Louos), sancionadas em 2016, foram permitidas as construção.

O Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento Bahia (IAB-BA), questiona o empreendimento e solicitou ao Ministério Público Estadual (MP-BA) a apuração do caso, devido à ameaça de provocar sombreamento na praia.

No entanto, fotografias publicadas no próprio site da Moura Dubeux mostram que os novos prédios fazem sombra na praia. Na foto desta reportagem, dá para ver a silhueta da sombra das construções cobrindo quase que completamente a faixa de areia.

"O sombreamento da praia, seja no horário que for, é um grande prejuízo ambiental e sanitário, pois é a ação do sol que destrói microorganismos que podem prejudicar a balneabilidade das praias", explica o presidente do IAB-BA, Luis Antônio Souza.

BRECHA NA LEI

O que permitiu erguer prédios tão altos na Área de Borda Marítima (ABM) foi o artigo 111 da nova Louos (Lei.9.148/2016) e o art. 275 do PDDU (Lei Nº 9.069/2016). Estes dois tópicos das leis permitem superar em 50% o limite do gabarito de altura dos prédios na ABM, quando estes forem construídos em substituição a imóveis deteriorados. Os prédios da Moura Dubeux estão sendo construídos no terreno de 12 mil m² do antigo Salvador Praia Hotel, que fica na beira do mar. O prédio foi demolido em 2019 depois de ficar fechado por 10 anos.

A Moura Dubeux informou, por meio de nota, que o empreendimento possui licenciamento regular, nos termos da legislação vigente, e atende todos os requisitos previstos em lei. "O projeto encontra-se em consonância com os artigos 103 e 111 do PDDU, que visam incentivar a requalificação da borda atlântica, o que permitiu a elevação de seu gabarito de construção de 11 para 17 pavimentos", diz a nota. A empresa ainda informou que foram elaborados todos os estudos, dentre as quais EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança).

( ) PERDER O ENSAIO DE VERÃO
( ) SER BARRADO NO SHOW
( ) NÃO ENTRAR NO ESTÁDIO

(✓) TOMAR A SEGUNDA DOSE

ESCOLHA O CERTO:
VACINE-SE.

Escolher a vacina é escolher voltar à vida normal. Se você ainda não tomou a segunda dose, procure o posto de saúde. Se você conhece alguém que ainda não tomou, converse e mostre a importância da segunda dose. É assim que vamos vencer a pandemia e voltar a aproveitar tudo que mais gostamos.

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA Meu ORGULHO